



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Disciplina: EDU076 - Educação Brasileira: Legislação e Sistema - Professora: Elita Betania de Andrade Martins

EMENTA: A estrutura e o funcionamento do ensino no Brasil nas diferentes modalidades e diferentes contextos da sociedade brasileira. A educação básica e superior na vigência da lei 9394/96. Avaliar as principais características que marcaram a legislação de ensino brasileira, compreendendo as principais concepções que nortearam a construção do campo educacional, contribuindo para uma atuação mais efetiva dos educadores no que se refere aos limites e possibilidades da educação em sua dimensão pedagógico-administrativa.

PLANO DE CURSO 2025.3

- 1) **Apresentação da disciplina**
- 2) **Legislação Educacional:** Definição, processo de criação, hierarquia das leis.
- 3) **O direito a educação:** Do Direito à Educação e do Dever de Educar; A inclusão de pessoas com deficiência.
- 4) **Organização política e administrativa educacional:** Da organização da educação nacional; Sistemas Educacionais; Gestão democrática e autonomia escolar.
- 5) **Organização da educação escolar:** Níveis e modalidades; Organização curricular (Diretrizes curriculares e BNCC); Ensino fundamental de 9 anos; Educação em tempo integral; Reforma do ensino médio; Processos de avaliação.
- 6) **Profissionais da educação:** Formação; Valorização do magistério.
- 7) **Recursos financeiros na e para educação**

BIBLIOGRAFIA:

Almeida Junior et all. Sistema Nacional de Educação em busca de consensos – In: CUNHA, Célio da. et all (Orgs.) **O Sistema Nacional de Educação:** diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002309/230901por.pdf>

ARELARO, Lisete Regina Gomes. JACOMINI, Márcia Aparecida, KLEIN, Sylvie Bonifácio. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação, **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 35-51, jan./abr. 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, CEB. **Resolução n.º 07 de 2010**, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL, **Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020** - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências..

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

BRASIL, **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 14.945**, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

BRASIL, Lei 14 681 de 18 de setembro de 2023. Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

BRASIL, Lei 14 817 de 16 de janeiro de 2024. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

CALAZANS, Di Paula Prado; SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; NUNES, Cláudio Pinto. Desafios e controvérsias da Base Nacional Comum Curricular: **e-Curriculum**, São Paulo , v. 19, n. 4, p. 1650-1675, out. 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762021000401650&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 nov. 2024. Epub 12-Abr-2022. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i4p1650-1675>.

COELHO, C. P.; SOARES, R. G.; VIÇOSA, C. S. C. L.; ROEHRS, R. Educação Especial Inclusiva: histórico legislativo e contexto escolar, diálogos necessários. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 441–458, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v12n1a2023-66017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/66017>. Acesso em: 1 nov. 2024.

DAVIES, Nicholas. O Financiamento da Educação Estatal no Brasil: novos ou velhos desafios? **Revista Educação On-line PUC-Rio** nº 10, p. 31-63, 2012. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica *Educ. Soc.* 34 (124) • Set 2013 <https://www.scielo.br/j/es/a/rGDSjRsQYMwH9WZC8NCYjrL/abstract/?lang=pt>

FURTADO, Renan Santos; SILVA, Vergas Vitória Andrade da. A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. **e-Curriculum**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 158-179, jan. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762020000100158&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 nov. 2024. Epub 30-Set-2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. DUARTE, Adriana Maria.VIEIRA, Livia Fraga. (Orgs.) **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

OLIVEIRA, Sonara Maria Lopes de; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. A educação básica como direito no Brasil: uma análise das determinações e paradoxos da legislação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia , v. 36, n. 3, p. 1176-1195, set. 2020 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932020000301176&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 nov. 2024. Epub 20-Jan-2021. <https://doi.org/10.21573/vol36n32020.99365>.

PINTO. José Marcelino de Rezende, ALVES, Thiago. O Impacto Financeiro da Ampliação da Obrigatoriedade Escolar no Contexto do FUNDEB. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 605-624, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade/

SAVIANI, Demerval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual . **Educ. Soc.** 34 (124) • Set 2013

<https://www.scielo.br/j/es/a/BcRszVFXGBKxVgGd4LWz4Mg/abstract/?lang=pt>

AVALIAÇÃO:

Exercícios sobre legislação – 30 pontos

Prova semestral – 40 pontos

Trabalho em grupo- 30 pontos